



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Of. nº 440/2025 - GPGJ

Ref.: encaminha Projeto de Lei Ordinária

(Favor fazer referência a este número)

Salvador/BA, 3 de novembro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora

Deputada IVANA TEIXEIRA BASTOS

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

NESTA

Senhora Presidente,

Apresentando cumprimentos, com as deferências e saudações de estilo, fazemos chegar à apreciação de Vossa Excelência, na forma esculpida no art. 136, inciso I, da Constituição do Estado da Bahia e art. 2º, inciso V, c/c art. 15, inciso IV, e do art. 291, da Lei Complementar estadual n. 11, de 18 de janeiro de 1996, o anexo Projeto de Lei Ordinária que visa promover alterações no quadro organizacional do Ministério Público do Estado da Bahia, para, em síntese, transformação de cargos no Quadro Geral de Cargos de carreira, mediante a extinção de promotorias de justiça conforme especifica.

O projeto encaminhado à Augusta Assembleia Legislativa resulta de estudos realizados no âmbito desta Instituição, com o objetivo de otimizar a distribuição dos órgãos finalísticos do Ministério Público do Estado da Bahia, sobretudo nas regiões do interior, tomando-se como paradigma a realidade atual da Comarca de Brumado, cujo dinamismo social e jurisdicional tem imposto novas demandas ao sistema de Justiça.

Verificou-se que a estrutura das Promotorias de Justiça em Brumado encontra-se defasada diante da inauguração do Conjunto Penal local e da aprovação da instalação da 2ª Vara Criminal da comarca, fatores que ampliaram significativamente o fluxo de processos e a complexidade da atuação institucional, exigindo adequação funcional imediata para correta prestação de serviços à população.

Estudos comparativos demonstraram que a Promotoria de Justiça Regional de Brumado apresenta volume processual elevado, ficando atrás apenas das unidades de Luís Eduardo Magalhães e Senhor do Bonfim em demanda quantitativa, o que reforça a necessidade de reorganização da sua estrutura, em consonância com o perfil de crescimento socioeconômico da região.

Os dados do *Business Intelligence* Criminal confirmaram que as Promotorias integrantes da Regional de Brumado acumulam expressivo número de feitos em tramitação, indicando sobrecarga progressiva e justificando a adoção de medidas que assegurem maior celeridade e eficiência na atividade finalística do Ministério Público.

Diante desse cenário concreto, torna-se imprescindível a criação e efetiva instalação da 5ª Promotoria de Justiça de Brumado, de modo a assegurar resposta tempestiva, qualificada e proporcional à demanda da comarca, assegurando-se à sociedade a plena atuação ministerial no combate à criminalidade e na defesa dos direitos fundamentais.

Para tanto, vislumbrou-se alternativa juridicamente viável e financeiramente mais racional: a transformação da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de





âmbito regional e atualmente sediada em Jequié, em unidade localizada em Brumado, de forma a reforçar a atuação local sem necessidade de criação de nova estrutura ou impacto financeiro adicional ao erário.

Vale frisar que as demandas ambientais a cargo da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, sediada em Jequié, serão absorvidas pelas promotorias ambientais de cada uma das Comarcas que a integram, não trazendo qualquer prejuízo à continuidade da atuação do Ministério Público na área respectiva.

De igual relevo, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia autorizou a instalação da 5ª Vara Criminal de Feira de Santana, com conversão em 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos termos da Resolução nº 4, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 19 de março de 2025, o que demanda, por simetria funcional, a criação de Promotoria com atribuições cível e criminal para atuação perante a nova unidade judiciária especializada.

Some-se a isso a certificação da vacância da Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital – 1º Promotor(a), cuja situação encontra respaldo nas orientações do Conselho Nacional do Ministério Público no Estado da Bahia, que, durante correição realizada em 2019, recomendou o redimensionamento e até mesmo a extinção/transformação das Promotorias de Fazenda Pública da Capital, com redistribuição de atribuições às unidades cíveis/família para melhor atendimento ao interesse público.

Importa destacar que todas essas medidas observam estritamente as condicionantes orçamentárias vigentes e se alinham à Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, uma vez que não implicam criação de novos cargos ou acréscimo de despesas ao orçamento institucional, representando solução austera, pragmática e coerente com a crescente necessidade de aperfeiçoamento da estrutura de atendimento à sociedade baiana.

Assim, confiantes na habitual sensibilidade de Vossa Excelência aos temas de interesse do Ministério Público do Estado da Bahia, submetemos o Projeto de Lei Ordinária anexo, solicitando-lhe regular tramitação e aprovação, permanecendo esta Chefia Institucional à disposição para os esclarecimentos que se mostrarem oportunos, renovando votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

PEDRO MAIA SOUZA
MARQUES:8366493954
9

Assinado de forma digital por
PEDRO MAIA SOUZA
MARQUES:83664939549
Dados: 2025.11.03 17:11:37 -03'00'

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
Procurador-Geral de Justiça



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://albalegis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade> utilizando o identificador 310036003000340033003A005000

Assinado eletronicamente por **Jaqueline do Rosário Conceição** em **04/11/2025 19:06**

Checksum: **951221A51BB36ACFF214B208612C3D1BAAEBFBE8C3B4C865A0168778D3C162A1**

